

Cenário Político 2021

O que está por vir?

Com o fim das eleições no **Senado Federal** e na **Câmara dos Deputados**, o cenário político federal se prepara para iniciar um ano de trabalhos intensivos.

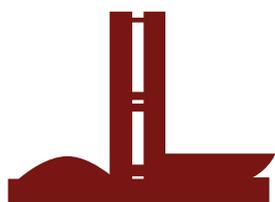
Os presidentes das duas Casas Legislativas já indicaram, em seus discursos de posse e em termo de compromisso assinado conjuntamente, que o combate à pandemia da COVID-19 continuará sendo pauta central ao longo de 2021, com destaques a medidas de fortificação da vacinação. Isso não os impedirá, entretanto, de priorizar medidas de responsabilidade fiscal, em atenção ao teto fiscal e à reativação econômica.

O Governo Federal, por sua vez, em documento enviado ao Congresso Nacional para solenidade no início da legislatura, deixou claro quais são as suas prioridades para o presente ano. As metas foram divididas em três principais eixos: a retomada de investimentos, com a Reforma Tributária e outras medidas de aquecimento econômico; o equilíbrio fiscal, com foco nas propostas do Plano Mais Brasil; e a pauta de costumes, intensificando demandas que ficaram parcialmente congeladas durante a gestão de Rodrigo Maia (DEM/RJ).

O primeiro momento em que essa diferença terá de ser confrontada e superada é na Comissão Mista de Orçamento (CMO), para a aprovação do orçamento de 2021. A partir desse ambiente, em que muitos interesses se contrapõem para a definição do desenho orçamentário, será possível determinar com mais clareza o grau de afinidade entre os dois Poderes e a estabilidade da aliança firmada entre eles.

Senado





RODRIGO PACHECO

Presidente do Senado Federal
(DEM/MG)

Apesar da recente vida política, Rodrigo Pacheco (DEM/MG) deve a sua rápida ascensão aos seus esforços para montar alianças e conexões políticas. Pacheco está no primeiro mandato como senador e anteriormente foi deputado federal por apenas um mandato.

Pacheco possui a simpatia do governo e também de parlamentares da oposição e, por isso, foi eleito em um bloco que conta com o apoio do presidente Jair Bolsonaro, bancadas de centro e de direita e partidos de oposição.

Diante disso, as alianças que articulou, sobretudo com o auxílio do ex-presidente Davi Alcolumbre (DEM/AP), deverão ser um dos principais desafios de sua presidência. Pacheco, entretanto, possui perfil independente e foi eleito a partir do discurso de que assegurará a autonomia do Senado e o respeito à decisão da maioria.

Nesse sentido, avalia-se que Pacheco deve seguir o tom moderado de seu antecessor, de modo a evitar embates diretos com o Palácio do Planalto. Assim, entre as principais metas, Pacheco deverá levar adiante uma agenda liberal que esteja alinhada com as propostas do governo. Em um dos poucos descompassos, porém, o novo presidente da Casa avalia implementar medidas como a prorrogação do auxílio emergencial, mesmo que em prejuízo do teto dos gastos.



SENADORES COM MAIOR INFLUÊNCIA

Senado Federal

BASE

O cenário é positivo para a base governista que saiu vitoriosa em suas indicações para a composição da Mesa Diretora do Senado, sobretudo para a presidência da Casa. O Centrão, que também endossou as candidaturas eleitas, é, de igual forma, grande beneficiado do resultado. Assim, aos poucos, uma coalizão volta a se desenhar, embora ainda frágil.



Davi Alcolumbre
DEM/AP



Fernando Bezerra
MDB/PE



Ciro Nogueira
PP/PI

INTERMEDIÁRIO

No Senado, atualmente, forma-se uma vertente de apoio condicional ao governo, no qual partidos de centro inclinam-se a ser favoráveis, em certa medida, às agendas governistas. A ligação que une a base governista e esses partidos de coalizão, embora ainda tênue, revela um enorme potencial de barganha do Executivo por parlamentares que compõem essa ala no Congresso.



Alessandro Vieira
Cidadania/SE



Renan Calheiros
MDB/AL



Antonio Anastasia
PSD/MG

SENADORES COM MAIOR INFLUÊNCIA

Senado Federal

OPOSIÇÃO

Após o novo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), comprometer-se com a agenda econômica do governo, a oposição, que o apoiou em sua candidatura, demonstrou-se enfraquecida. Embora siglas de oposição tenham apoiado a eleição de Pacheco em troca de espaço para atuação, notório se faz que não há articulação necessária para que haja possível fortalecimento a curto prazo.



Paulo Paim
PT/RS



Weverton
PDT/MA



Randolfe Rodrigues
REDE/AP



Marcos Oliveira/Agência Senado

LÍDERES PARTIDÁRIOS

Senado Federal

Os seguintes Senadores estão confirmados até o presente momento para assumir a liderança de 9 partidos. Ainda resta a confirmação de quem assumirá o cargo de Líder do Governo, da Oposição e dos seguintes partidos: PROS, PSB, PSC, PSDB, PSL, REDE e REPUBLICANOS.



Senador
Líder do Governo
Não definido



Senador
Líder da Oposição
Não definido



Senador
Paulo Rocha
PT/PA



Senador
Daniella Ribeiro
PP/PB



Senador
Alessandro Vieira
CIDADANIA/SE



Senador
Cid Gomes
PDT/CE



Senador
Nelsinho Trad
PSD/MS



Senador
Alvaro Dias
PODE/PR



Senador
Eduardo Braga
MDB/AM



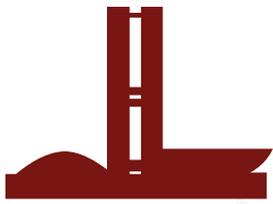
Senador
Carlos Portinho
PL/RJ



Senador
Marcos Rogério
DEM/RO

Câmara dos Deputados





ARTHUR LIRA

Presidente Câmara dos Deputados
(PP/AL)

Arthur Lira é político de longa data e iniciou sua carreira como vereador por Maceió em 1999, ocupando o cargo por dois mandatos. Em seguida, foi deputado estadual em Alagoas, cargo que ocupou até sua eleição como deputado federal em 2010.

Desde então, ocupa posições destacadas na Câmara, consolidando-se como um dos principais articuladores do Centrão. Nesse sentido, exerceu, desde 2012, a liderança de seu partido ou de blocos partidários reiteradas vezes.

Além disso, em 2020, foi um dos principais responsáveis pela aproximação de Bolsonaro com o Centrão, negociando a pacificação de ânimos entre o Poder Executivo e Legislativo.

A partir de então, Bolsonaro passou também a apoiar a candidatura de Lira.

Ao longo de sua campanha e após ter sido eleito, Lira tem sustentado que irá trabalhar para fazer a Câmara dos Deputados um espaço de todos os deputados, democratizando as decisões da Mesa e a pauta de Plenário.

Lira terá o desafio de equilibrar a agenda de Bolsonaro, que teve participação definitiva na sua eleição, com os desejos e anseios do Centrão. Ainda nesse contexto, deverá administrar a sua relação com os partidos de oposição e de centro, colocando à prova suas pretensões de conduzir uma presidência neutra, democrática e previsível.



DEPUTADOS COM MAIOR INFLUÊNCIA

Câmara dos Deputados

BASE

Os esforços do governo ao longo de 2020 e das eleições de 2021 se consolidaram na formação de uma base de apoio robusta na Câmara. É a partir dela que serão desenvolvidos os itens da agenda prioritária do governo.



Ricardo Barros
PP/PR



Major Vitor Hugo
PSL/GO



João Roma
REP/BA

INTERMEDIÁRIO

Vertente composta, principalmente, por partidos tendentes ao centro, mas que apoiam Rossi para a presidência da Casa. Seu apoio a projetos terá que ser construído no caso a caso, isto é, na situação concreta.



Baleia Rossi
MDB/SP



Luciano Bivar
PSL/PE



Rodrigo de Castro
PSDB/MG

DEPUTADOS COM MAIOR INFLUÊNCIA

Câmara dos Deputados

OPOSIÇÃO

Após a experiência de construção de uma frente ampla para as eleições, a oposição sai parcialmente fortalecida. Seu desafio será o de se articular para impedir a agenda de Bolsonaro em face da base governista consolidada e de um aliado do governo na Presidência da Câmara.



Ênio Verri
PT/PR



Orlando Silva
PCdoB/SP



Marcelo Freixo
PSOL/RJ



Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

LÍDERES PARTIDÁRIOS

Câmara dos Deputados

Os seguintes Deputados Federais estão confirmados até o presente momento para assumir a liderança do Governo e de 12 partidos. Ainda resta a confirmação de quem assumirá o cargo de Líder da Oposição e dos seguintes partidos: PL, REPUBLICANOS, PROS, PODE, AVANTE, PT, PDT, PCdoB, PV e REDE.



Deputado
Líder do Governo
Ricardo Barros
PP/PR



Deputado
Líder da Oposição
Não definido



Deputado
Alex Manete
CIDADANIA/SP



Deputado
Antônio Brito
PSD/BA



Deputado
Nivaldo Albuquerque
PTB/AL



Deputado
Aluisio Mendes
PSC/MA



Deputado
Danilo Cabral
PSB/PE



Deputado
Rodrigo de Castro
PSDB/MG



Deputado
Isnaldo Bulhões
MDB/AL



Deputado
Lucas Vergilio
Solidariedade/GO



Deputado
Vinicius Poit
NOVO/SP



Deputado
Major Vitor Hugo
PSL/GO



Deputado
Efraim Filho
DEM/PB



Deputado
Talíria Petrone
PSOL/RJ



Deputado
Fred Costa
PATRIOTA

O que está por vir:

Agenda de Prioridades **2021**



PRINCIPAIS REFORMAS

Após a expressiva vitória para o comando da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o principal desafio do governo será tentar aprovar a agenda econômica, paralisada desde o final do ano passado. Sob essa ótica, os novos dirigentes das Casas Legislativas concordarem com a necessidade de trabalhar conjuntamente com o objetivo de aprovar, o mais breve possível, as principais reformas estruturantes.



PEC EMERGENCIAL

A PEC 186/2019, em tramitação no Senado, pretende instituir medidas orientadas ao controle das despesas obrigatórias e ao restabelecimento do equilíbrio fiscal.

De acordo com minutas do substitutivo do relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB/AC), que circulam no Congresso, o texto disporá sobre a possibilidade de se acionar gatilhos para a contenção de gastos públicos quando as despesas correntes de determinado ente federativo ultrapassarem 95% das receitas correntes.

Entre os principais gatilhos, destacam-se: a vedação à concessão de reajustes de remuneração a servidores; a vedação à criação de cargos e à reestruturação de carreiras; a proibição à realização de concursos públicos; e a proibição à criação de quaisquer despesas obrigatórias de caráter continuado.

Termômetro



Acreditava-se que a PEC poderia ser aprovada pelo menos no Senado em 2020. Entretanto, a matéria foi adiada até que houvesse o fortalecimento da base governista no Congresso. Agora, após a eleição das Mesas, Pacheco e Lira anunciaram que vão estabelecer um prazo para a apresentação do relatório de Bittar, a fim de gerar celeridade na aprovação da PEC.

PRINCIPAIS REFORMAS



REFORMA ADMINISTRATIVA

Encaminhada pelo governo ao Congresso no início de setembro de 2020, a PEC 32/2020 propõe uma série de mudanças nas regras do funcionalismo público e abarca os servidores e empregados dos três poderes da União, dos estados e dos municípios. A matéria apresentada, porém, não abrange os membros de poder.

Entre as propostas, está a vedação: à concessão de férias em período superior a trinta dias no ano; de adicionais referentes a tempo de serviço; de aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos; de quaisquer licenças decorrentes de tempo de serviço, ressalvada a licença para fins de capacitação; de redução de jornada sem a correspondente redução de remuneração; de aposentadoria compulsória como modalidade de punição; de progressão ou promoção baseada em tempo de serviço.

A matéria ainda acaba com a estabilidade de servidores que não pertençam a carreiras típicas de Estado e exige, como parte do concurso público, vínculo de experiência antes da investidura no cargo e do início do estágio probatório.

Termômetro



Embora a prioridade do Legislativo aparente ser a regulamentação dos gatilhos do Teto de Gastos (PEC Emergencial), os presidentes eleitos incluíram a matéria da Reforma Administrativa nas principais metas de seus mandatos. A conjuntura, porém, indica que Lira será mais alinhado ao texto proposto pelo governo, enquanto Pacheco deverá buscar a consolidação do texto em favor de um consenso com os parlamentares.

PRINCIPAIS REFORMAS



REFORMA TRIBUTÁRIA

De acordo com os deputados que integram a Comissão Mista da Reforma Tributária, os debates de mérito continuarão a ser marcados por atritos constantes. Além das divergências relacionadas à não cumulatividade da CBS e à inclusão de impostos estaduais e municipais no IBS, previsto nas PECs 45 e 110, ambas de 2019, há conflitos referentes ao modelo de IVA a ser adotado – único ou dual. Ademais, as deliberações acerca da tributação de lucros e dividendos e sobre a desoneração da folha, aliada à CPMF digital, prometem gerar muitos embates.

Termômetro



Em virtude da falta de consenso sobre o tema, a Comissão Mista teve sua data limite de vigência prorrogada até março de 2021. Contudo, segundo informações do presidente da Comissão, senador Roberto Rocha (PSDB/MA), a conclusão dos trabalhos poderá ser realizada ainda em fevereiro, tendo em vista que o relatório, produzido por Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), já está pronto para ser apresentado. Assim, apesar de a pauta ser prioridade do Congresso, os interesses conflitantes poderão impor certa resistência a sua aprovação.

Após o resultado das eleições no Congresso Nacional, o governo poderá promover reforma nos ministérios a fim de acomodar todos os seus novos aliados e de se distanciar de Ministros que têm causado dissonância no governo.

PASTAS QUE PODEM TER NOVOS MINISTROS

CASA CIVIL

- PP
- ← Braga Netto

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Onyx Lorenzoni (DEM/RS)
- ← Pedro Cesar Souza (interino)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Davi Alcolumbre (DEM/AP) ou senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
- ← Rogério Marinho

MINISTÉRIO DA SAÚDE

- Ricardo Barros (PP/PR)
- ← Eduardo Pazuello

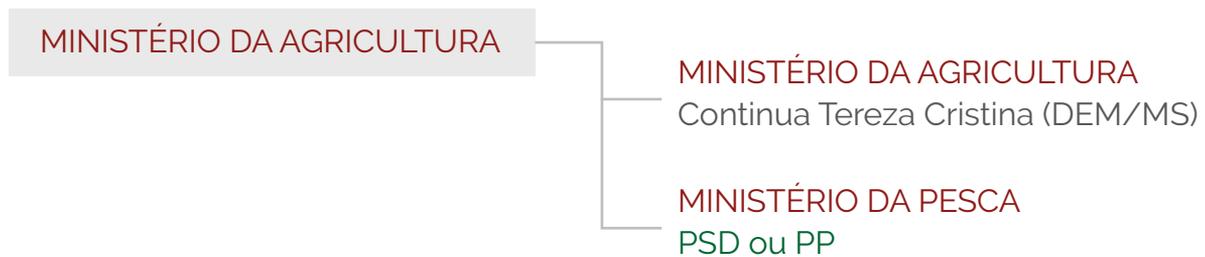
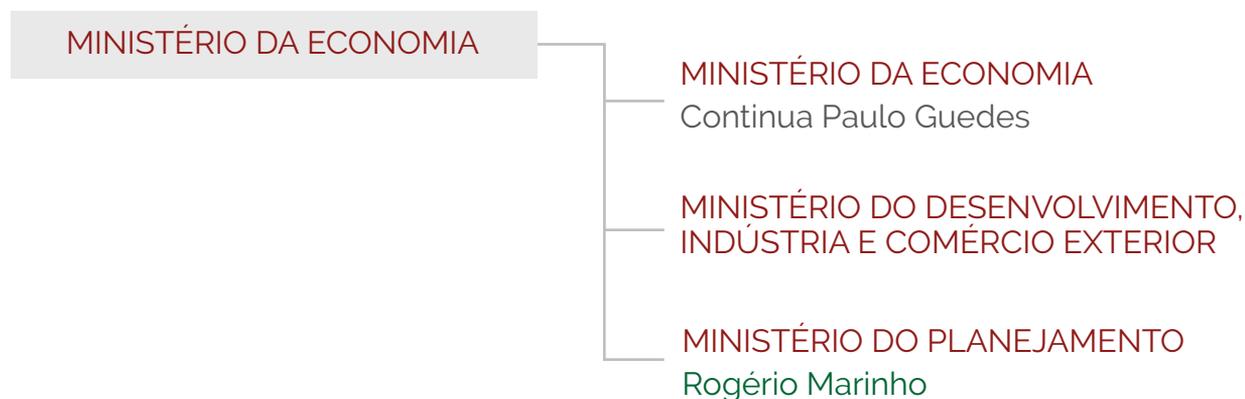
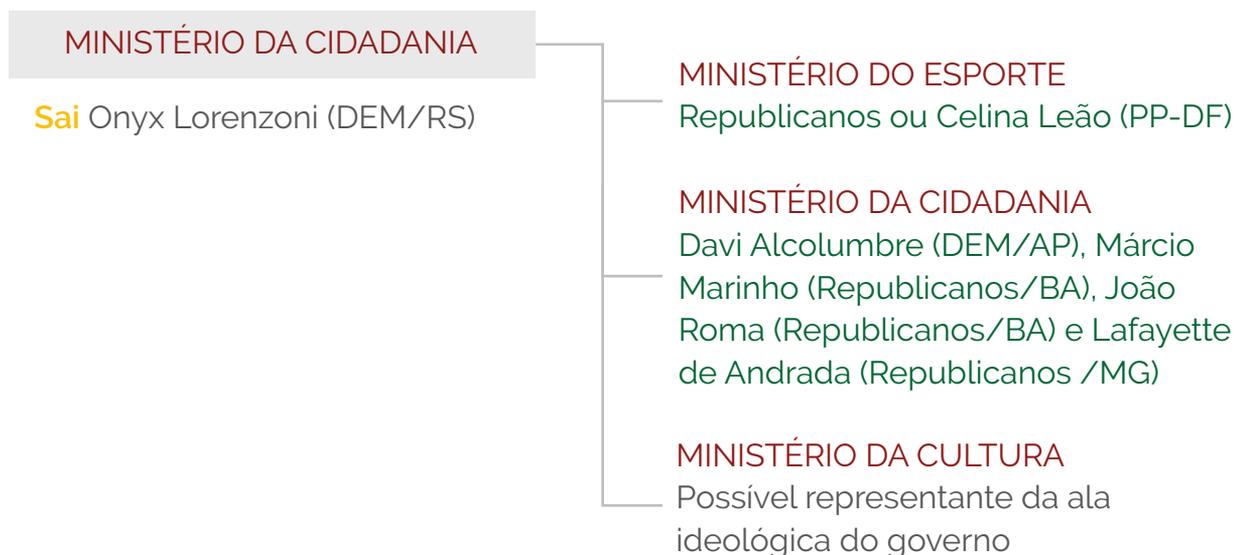
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

- Embaixadores André Corrêa do Lago, hoje na Índia, e Nestor Forster, nos EUA, ou o almirante Flávio Rocha, hoje secretário de Assuntos Estratégicos
- ← Ernesto Araújo

 possível saída

 cotados

MINISTÉRIOS QUE PODEM SER DESMEMBRADOS



 possível saída
 cotados

INDICAÇÕES

O Presidente Jair Bolsonaro, até o fim de 2021, terá feito ao menos 19 nomeações para tribunais, conselhos e agências reguladoras.

1 STF

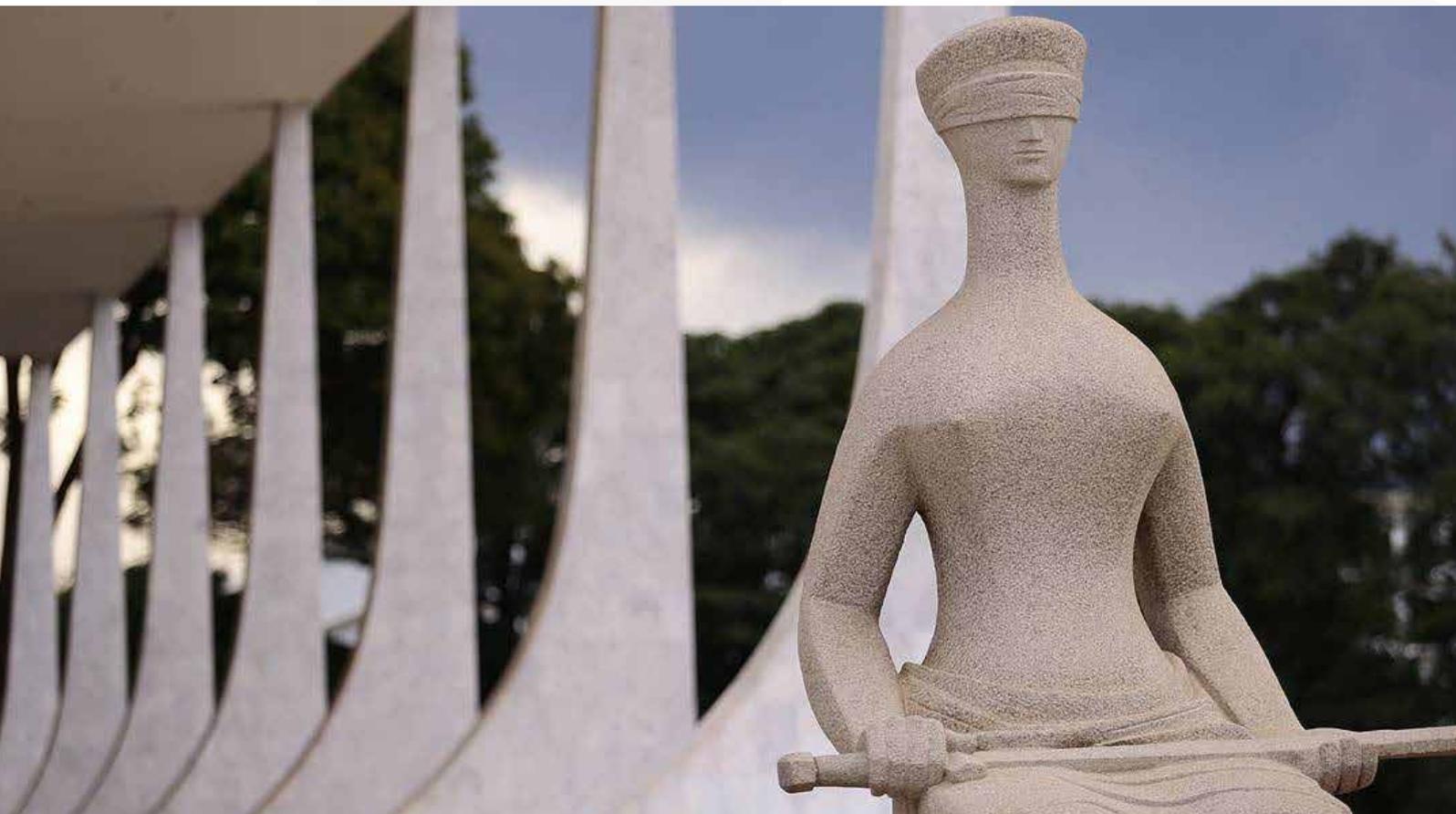
1 STJ

1 CADE

5 TRFs

**11 Agências
reguladoras**

Jorge Willian / Agência O Globo



JUDICIÁRIO



NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

O PL 8045/2010, que institui o novo Código de Processo Penal, tramita há mais de uma década na Câmara dos Deputados.

O Projeto ainda aguarda a apresentação do parecer do Relator-Geral, deputado João Campos (PRB-GO), e possui pontos polêmicos.

Termômetro



A Comissão Especial ainda deve se arrastar por meses, tendo em vista a possível retomada apenas parcial dos trabalhos presenciais nas Comissões da Casa em razão da pandemia. O novo Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), nunca se pronunciou sobre a proposição, o que demonstra que essa não é sua prioridade.



PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

A PEC 199/2019, que possibilita a execução da pena logo após decisão proferida em única ou última instância pelos Tribunais de Justiça e pelos Tribunais Regionais Federais, é a principal pauta dos parlamentares que atuam no fortalecimento do combate à corrupção.

Nessa perspectiva, o relator, deputado Fábio Trad (PSD/MS), apresentou substitutivo que estende os efeitos da PEC a outros ramos do Poder Judiciário, como o trabalhista e o eleitoral.

Termômetro



JUDICIÁRIO

Parlamentares que apoiam o combate à corrupção seguirão pressionando o Presidente da Câmara para que dê prosseguimento à tramitação da Proposta. Embora Arthur Lira (PP/AL) já tenha defendido publicamente a PEC, o deputado deve colocá-la em segundo plano, a fim de priorizar as reformas estruturantes. No âmbito do Senado Federal, por sua vez, Rodrigo Pacheco (DEM/MG) já se manifestou em sentido contrário à proposta, indicando que não há prioridade para deliberação da PEC.



LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO

O ex-presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), instituiu Comissão de Juristas responsável pela elaboração de Anteprojeto de reforma da Lei nº 9.613/1998, que institui o delito de lavagem de capitais e dispõe sobre mecanismos de repressão à criminalidade econômica.

Presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo Soares da Fonseca, a Comissão realizou três reuniões temáticas com o objetivo de debater os seguintes assuntos: i) Pessoas Obrigadas e COAF; ii) Normas Processuais; e iii) Tipicidade. A comissão foi instalada em setembro de 2020. O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 90 dias, contados da instalação da comissão, e pode ser prorrogado a depender de ato de novo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL).

Termômetro



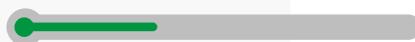
Como o texto produzido pela Comissão tem natureza de Anteprojeto, será necessário apresentá-lo formalmente como Projeto de Lei antes que se inicie a tramitação. A depender de seu teor, parlamentares que apoiam o combate à corrupção podem trabalhar para que o PL tramite de forma mais célere.



REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS

O PL 5591/2020 tramita no Senado Federal e foi proposto com o intuito de definir normas de regulação para o setor farmacêutico, criar a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e dispor sobre o ajuste positivo e negativo de preços, competência e composição da CMED, bem como definir os preços de entrada de medicamentos. A proposta foi apresentada após inúmeras pressões direcionadas ao SUS em virtude dos altos custos dos medicamentos e tem como objetivo principal ser a solução para a questão da precificação racional dos medicamentos.

Termômetro



O Projeto de Lei, que ainda está na fase inicial da tramitação, foi proposto com vista a reformar todo o sistema CMED, após o preço de novos tratamentos ter sido registrado pelo presidente Jair Bolsonaro. Assim, embora a matéria tenha ganhado grande espaço nos discursos políticos, as discussões nos Poderes Executivo e Legislativo ainda estão em fase inicial.



VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA

Proposto pelos deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) à Câmara dos Deputados, o PL 4992/2020 inclui no Programa Nacional de Imunizações a vacina contra a COVID-19, de caráter obrigatório. De acordo com o texto, a vacina deverá ser aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) com base em critérios técnicos que assegurem sua qualidade e segurança, a fim de que haja a vacinação compulsória em todo o território nacional.

Termômetro



Apesar da urgência temática da proposta, deputados conservadores, sobretudo aqueles aliados à base do governo, têm se insurgido contra o texto do projeto. Em linha oposta, tramita na Câmara o PL 4506/2020, proposto pela deputada Bia Kicis (PSL/DF), que suprime a menção direta à vacinação compulsória no rol de medidas que as autoridades poderão adotar para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19. Assim, embora haja pressão para que o PL 4992/2020 seja aprovado como forma de proteção do direito fundamental à saúde, inclusive com amparo na decisão proferida nas ADIs 6586 e 6587 pelo STF, haverá significativa oposição à aprovação da proposta por parte da base governista no Congresso.



contato@maltaadvogados.com

www.maltaadvogados.com

+55 61 30336600

SHN Quadra 01, Bloco A,

Salas 221-224 Edifício Le Quartier

Brasília-DF